

PACTO FEDERATIVO EM PAUTA NA CSSF



A Comissão de Seguridade Social e Família (CSSF) recebeu na última quarta-feira (4) o secretário de Fazenda do Ministério da Economia, Wanderley Rodrigues. É a primeira vez que o secretário vem ao parlamento falar das propostas de emenda à Constituição que tramitam no Congresso tendo o pacto federativo como tema central.

“A república brasileira está sob fortíssimo estresse fiscal e financeiro. Mesmo estados ricos e sólidos, como Minas e São Paulo, estão com fortíssimas dificuldades. Entendemos que alguns estados têm dimensões de países e deveriam ter a capacidade de responder demandas, como na área de educação e saúde, diretamente na ponta, independente do Governo Federal. A União está passando pelo sexto ano de déficit primário.” Ele explicou que as contas não se sustentam porque as despesas do Estado

não cabem nas receitas. Ele informou ainda que o déficit estimado na LDO para o ano que vem é de R\$ 124 bilhões. “Isso dá mais de quatro vezes o Bolsa Família, por exemplo.”

Wanderley falou também dos municípios. “Nosso Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) está muito além do considerado satisfatório. Na década de 90 eram cerca de 4 mil municípios. Do final da década de 90 até os dias atuais foram criadas mais de 1.700 cidades e uma parte considerável não tem capacidade nem de pagar os gastos com as prefeituras e câmaras de vereadores. Então, quando olhamos a situação federativa, temos uma fratura. Dos 27 estados, 14 estão em emergência fiscal.”

Soluções efetivas

“Nosso Produto Interno Bruto cresceu e isso é muito bom. O inves-

timento também cresceu e houve reação do mercado de trabalho. Isso se deve ao fato de termos colocado a política fiscal como prioritária, de maneira que se mantenha nos próximos anos. O Governo Federal quer mais dinheiro na ponta e quer também que os estados e municípios se responsabilizem mais.” Wanderley explicou que atualmente, de cada R\$ 100 reais que o Estado gasta, R\$ 93 são engessados em despesas obrigatórias e R\$ 65 são para folha de pagamento dos aposentados.

“Para se ter uma ideia, no ano que vem haverá disponibilidade de investimento de apenas R\$ 19 bilhões. É o menor número da série histórica que começou em 2007, pode chegar a zero e não termos o problema resolvido do ponto de vista de termos recursos para áreas que são entendidas como prioritárias. Por isso o orçamento precisa mudar.”

O Plano Mais Brasil do Governo Federal, contido no Pacto Federativo, prevê um marco institucional da nova ordem fiscal; autonomia com responsabilidade; fortalecimento da federação; novas regras para as contas públicas; segurança jurídica e análise de estados de emergência fiscal para controle de despesas.

MAL DO CORAÇÃO E FORMAS DE EXTINGUI-LO

Uma audiência pública requerida pelo deputado Alexandre Padilha (PT-SP) uniu a Comissão em Defesa dos Direitos do Idoso e a Comissão de Seguridade Social e Família (CSSF) para tratar das doenças das válvulas cardíacas e as formas de mitigá-las.

Marcelo Sampaio, cardiologista e chefe do pronto atendimento da Beneficência Portuguesa deu um panorama do problema. “Cerca de 3 a 5% dos pacientes são idosos. A expectativa de vida após diagnosticada a doença é de 2 a 3 anos. Há cirurgia como prescrição e até transplante em casos mais graves.”

José Antônio Marin, chefe da Cardiologia da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto, disse que a humanidade tem passado por vários estágios da transição epidemiológica. “A mortalidade agora por doenças não transmissíveis aumentou. Hoje as doenças que matam decorrem dos maus tratos do corpo e seu consequente desgaste. Obesidade e falta de exercícios, aliados a uma maior longevidade, trouxeram à tona doenças cardíacas que matam.”

Participaram também das discussões representante do Ministério da Saúde; do Conselho Federal de Medi-



cina; da Pastoral da Pessoa Idosa do Distrito Federal; e da Sociedade Brasileira de Hemodinâmica e Cardiologia Intervencionista.

SUBCOMISSÃO DE DOENÇAS RARAS APRESENTA RELATÓRIO FINAL

O relator da subcomissão, deputado Diego Garcia (PODE-PR), agradeceu todos os envolvidos pela realização do parecer final, aprovado na CSSF. “Quem são os pacientes? Onde moram? Onde são tratados? Precisamos avançar e melhorar a política pública voltada para esse público”, disse o parlamentar.

Panorama

Doença rara é aquela que afeta até 65 pessoas a cada 100 mil indivíduos. Estima-se que no Brasil existem 13 milhões de pessoas acometidas por essas doenças. Já são de seis a oito mil tipos de doenças raras e 80% delas provêm de causas genéticas.

Diego Garcia falou sobre mortalidade infantil e apresentou dados do Ministério da Saúde (MS) para mostrar que há queda nas mortes por causas evitáveis, nesse faixa etária, fruto de políticas públicas voltadas para atenção prioritária. “Mas, o Brasil acompanha uma tendência internacional de mortes mais frequentes devido a malformações congênitas, deformidades e anomalias cromossômicas”, expli-



Foto: Cláudio Araújo

cou. Por isso alertou: há necessidade de médicos especializados.

Políticas Públicas

O relator informou que em 2009 surgiu a Política Nacional de Atenção Integral em Genética Médica e depois a Política Nacional de Atenção Integral às Pessoas com Doenças Raras. “Dedicamos algumas páginas para falar especificamente das doenças e os serviços de referência para cada uma delas.” São nove centros de referência concentrados em 8 estados e apenas 3, no Brasil, atendem todas as doenças raras listadas no País. “Mapeamos onde estão os especialistas e a situa-

ção é gravíssima. Não há médico com especialização em genética nos estados do Amapá, Roraima, Rondônia e Tocantins, por exemplo.”

Principais recomendações

Criação de um subsistema de atenção às doenças genéticas dentro do SUS e financiado pelo Ministério da Saúde (MS); sugerir ao órgão a criação de um banco de dados sobre doenças raras e assistência farmacêutica; celebrar termo de cooperação entre MS e CSSF visando colaboração técnica para elaboração de propostas legislativas voltadas ao tema; entre outras medidas.

IMUNIZAÇÃO E COBERTURA VACINAL

O coordenador do Grupo de Trabalho (GT) que analisou o tema, deputado Pedro Westphalen (PP-RS), apresentou relatório final que, na ocasião, também foi aprovado. “A despeito do Programa Nacional de Imunização ter sido considerado exemplo, fatos recentes sugerem entraves em seu funcionamento.”

O GT foi criado para avaliar os desafios das políticas e propor mudanças para atingir as metas de cobertura vacinal. A questão do surto de sarampo foi tema de diversas audiências públicas requeridas pelo grupo. “Nos deparamos com problemas como densidade populacional alta, problemas de logística, burocracias e produção insipiente de insumos estratégicos. Ficou para nós evidente a importância do planejamento vacinal a médio e longo prazo e concluímos também que a produção nacional



Foto: Cláudio Araújo

deve ser uma política de Estado.”

Westphalen elencou os principais entraves do sistema: a falta de pessoal treinado, problemas nos sistemas de informações, problemas de acesso às unidades, fake news e limitação de investimentos.

O parlamentar sugeriu que o tema da cobertura vacinal seja uma preocupação constante da Comissão de Seguridade Social e Família e justificou a criação recente da Frente Parlamentar da Imunização.

ACONTECE
NA WEB



EXPEDIENTE

Presidente
Dep. Antônio Brito

2º Vice-Presidente
Dep. Marx Beltrão

Secretário
Rubens Carneiro Filho

Edição
Maria Carolina

1º Vice-Presidente
Dep. Alexandre Serfotis

3º Vice-Presidente
Dep. Misael Varela

Redação
Manu Nunes

Diagramação
Jorge Ribeiro

[f @seguridade.CD](#)

[t @Cssf_seguridade](#)

cssf@camara.leg.br

www.camara.leg.br